**Um vislumbre de transparência…**

Os “Papéis do Panamá” não revelaram o inédito no que se refere à existência de “paraísos fiscais” em que ricos e poderosos colocam as suas fortunas. Confirmaram-no, uma vez mais. Mas confirmaram-no através da revelação de números absolutamente brutais que impressionam quer pelo que afirmam, quer pelo que indiciam.

Destaco alguns dos números que recolhi na comunicação social: os “Papéis de Panamá” incluem 11,5 milhões de ficheiros, correspondente a 2600GB (quando o Wikileaks, a maior fuga de informação até ao presente, acedeu a 1,7 GB de informações); os ficheiros contêm informações sobre mais de 24 mil entidades ligadas a pessoas em cerca de 200 países; a lista, ainda apenas parcialmente divulgada, identifica 143 políticos (72 chefes de Estado entre antigos e actuais) de 50 países e 29 multi-milionários; 500 bancos criaram 15 mil empresas offshore.

O estudo de Gabriel Zucman, *A Riqueza Oculta das Nações*, tem sido também citado a propósito dos “Papéis do Panamá” nas estimativas que apresenta sobre o mundo, a Europa e Portugal: a riqueza mundial em offshores é de 6,9 biliões milhões de euros, correspondendo a 8% da riqueza mundial e a qual podia gerar cerca de 180 mil milhões em receitas fiscais, sendo que 80% deste valor são valores não declarados; um terço de receitas fiscais devidas fica por cobrar na Europa, o que corresponde a 71 mil milhões de euros, sendo que 10% da riqueza total europeia, cerca de 2,4 biliões milhões de euros, está em offshores; os portugueses terão cerca de 69 mil milhões aplicados em offshores (considera-se a estimativa exagerada), sendo que são 23 os clientes residentes no nosso país, havendo referencia a 255 accionistas.

Entretanto, os “Papeis do Panamá” apenas divulgaram informações relativas a um único escritório de advogados panamianos – a Mossack Fonseca –, o quarto maior, existindo pois muitos mais escritórios com muitos mais dados e três deles muito maiores…

Os factos falam por si. Não carecem de comentários. Não obstante insisto em sublinhar alguns aspectos. O primeiro é o da dimensão – diria absurda – dos valores envolvidos com prejuízo proporcional para todos os contribuintes, para os respectivos países e para a economia mundial.

O segundo é o da ausência de ideologias no que se refere à ganância, havendo pessoas envolvidas de todos os quadrantes políticos e de todos os domínios de projeção social.

O terceiro é da distinção que tem de ser plenamente assumida entre a legalidade jurídica e a legitimidade ética. Importa sublinhar que não é ilegal ter dinheiro em offshores. A questão jurídica radica inicialmente em apurar se tal corresponde a uma fuga a impostos ou é uma engenharia financeira para pagar menos impostos ao abrigo quer das leis existentes quer das omissões nas leis existentes; depois há que considerar a utilização dada a estes valores offshores, que fogem ao controle dos próprios, e que é hoje sabido cobrirem actividades criminosas lucrativas desde a “lavagem de dinheiro” proveniente do tráfico de drogas ao financiamento do terrorismo. Do ponto de vista moral é sempre um aproveitamento discriminatório do poder de alguns a favor dos próprios e com prejuízo para a maioria.

O quarto aspecto é o testemunho de excelente jornalismo, com Consórcio Internacional de Jornalistas, que já havia estado na origem do LuxLeaks e do SwissLeaks, a prosseguir a sua denúncia de crimes transfronteiriços.

Por fim, fica a esperança que, perante a gravidade da opacidade financeira agora revelada, se desencadeie um movimento sério e empenhado entre as nações fortemente prejudicadas por estes esquemas financeiros para os combater eficazmente introduzindo a transparência necessária de que apenas tivemos um vislumbre...

M. Patrão Neves

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)